

COOPERATIVISMO DE REFORMA AGRÁRIA E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL¹

Farid Eid

1. METODOLOGIA DO CURSO/MÓDULO ‘TRABALHADORES SEM TERRA’ OFERECIDO NO II CURSO DE EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS ORGANIZADO PELO NÚCLEO DE EXTENSÃO UFSCAR-CIDADANIA/PROEX.

Em novembro de 2000 desenvolveu-se, no Auditório 2 da Biblioteca e no Anfiteatro da Reitoria da UFSCar, o curso com apresentação, análise e debate temático, conforme programa abaixo, com cerca de cinquenta pessoas, entre alunos, pesquisadores especialistas, dirigentes e assessores de cooperativas, além de diversos docentes e representantes da sociedade política local. Segue o programa:

a) processo histórico de concentração de terras no Brasil; b) discussão sobre mudanças no mundo do trabalho e o aumento nos conflitos pela posse da terra no Brasil; c) apresentação do vídeo produzido pela TV Cultura: ‘Terra Procura-se’; d) apresentação do cooperativismo de reforma agrária - formação e desafios atuais; e) apresentação e debate do tema - a importância da diversificação e da agroindustrialização em cooperativas de reforma agrária - com a autora de uma dissertação de mestrado sobre o tema - Andréa Eloisa Bueno Pimentel; f) apresentação do referencial teórico e da metodologia da tese de doutorado (em elaboração) - Marcia Regina Rigolin; g) organização de um ciclo de debates sobre cooperativismo com duas mesas redondas.

¹Capítulo do livro: Caminhos da Cidadania: um percurso universitário em prol dos Direitos Humanos, VALÊNCIO, Norma (org.), São Carlos, Editora UFSCar, 2001.

O ciclo de debates sobre cooperativismo foi um evento promovido pelo programa 'UFSCar 30 ANOS', pelo Núcleo de Extensão UFSCar-Cidadania/PROEX, pela Incubadora Regional de Cooperativas Populares/PROEX e pelo Departamento de Engenharia de Produção, com o apoio do Ministério da Justiça e da UNESCO.

Mesa 1: Trajetória do Cooperativismo: debate teórico e experiências concretas: Profa. Dra. Ana Mercedes Icaza (Universidade Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS), Prof. Dr. Sigismundo Bialoskorski Neto (Universidade de São Paulo - FEA/USP-RP), Sr. Francisco Dalchiavon (Presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil - CONCRAB), Prof. Dr. Ralph Panzutti (Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo - OCESP), Prof. Dr. Farid Eid (Coordenador da INCOOP/PROEX e Professor do Departamento de Engenharia de Produção - debatedor).

Mesa 2: Perspectivas do Cooperativismo/Economia Solidária frente à crise no mundo do trabalho: subordinação ou emancipação em relação ao capitalismo? Profa. Dra. Ana Mercedes Icaza (Universidade Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS), Sr. Francisco Dalchiavon (Presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil - CONCRAB), Prof. Dr. Ralph Panzutti (Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo -OCESP), Prof. Dr. Farid Eid (Coordenador da INCOOP/PROEX e Professor do Departamento de Engenharia de Produção - debatedor).

Resultados: a) produção de um vídeo de quatro horas contendo a íntegra dos debates nas duas mesas. Um exemplar foi entregue, em mãos, ao Secretário de Estado dos Direitos Humanos; b) os vídeos são usados em atividades da graduação, da pós-graduação e na INCOOP/UFSCar; c) sensibilizar parcela crescente da população sobre a importância de se implementar efetivamente uma reforma agrária e o cooperativismo em assentamentos enquanto instrumentos de políticas públicas voltadas para o fortalecimento do Programa Nacional de Direitos Humanos; d) possibilitou ampliar discussões sobre a questão agrária no seio da Academia potencializando a formação de um

grupo de pesquisa-extensão com participação de docentes, pesquisadores, técnicos e estudantes; e) produção de um capítulo de livro, a convite da docente organizadora.

2. INTRODUÇÃO

No Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) encontra-se um conjunto de referências e definições sobre Direitos Humanos entendidos, sinteticamente, como direitos fundamentais referentes a inúmeros campos da atividade humana e cujos direitos deveriam garantir uma condição de existência digna a todas as pessoas.

Embora haja algum esforço por parte do Governo nas diversas esferas e da Sociedade em geral, ainda não se observa uma significativa redução do desrespeito aos direitos humanos no Brasil. Pelo contrário, parece que a violência urbana e rural vem aumentando nos últimos anos, ao mesmo tempo em que se observa o forte crescimento da exclusão social decorrente do desemprego e da precarização.

Por outro lado, em diversas regiões do país, algumas com maior intensidade, vem se desenvolvendo, principalmente nos últimos quinze anos, experiências de geração de trabalho e renda, de forma solidária e associativa.

As iniciativas isoladas de ontem passam a dar lugar, gradativamente, uma realidade que se expande e se dinamiza, motivando ações de entidades de classe e de políticas públicas no campo popular, orientadas para uma economia alternativa concreta que está em processo de gestação. Para viabilizar sua expansão, uma série de desafios são enfrentados, desde a criação de novas políticas e instituições públicas e populares voltadas à representação e apoio, à formação de empreendimentos autogestionários, ao acompanhamento permanente das demandas de formação, crédito, tecnologia, mercado, gestão e outras. Nessa perspectiva, sem desconhecer o capitalismo como único sistema econômico mundial na atualidade, essa economia alternativa parte de valores distintos, dentre outros, autonomia, democracia, fraternidade, igualdade e solidariedade. A busca por maior

racionalidade está fundamentada na cooperação com a exploração coletiva das potencialidades profissionais, em benefício dos próprios produtores. Essa racionalidade é distinta da lógica capitalista - não solidária e excludente – e distingue-se também da solidariedade comunitária para a qual faltam instrumentos gerenciais.

É nesse sentido que cooperação e eficiência no trabalho se desenvolvem onde exista similitude de interesses e motivações dos membros; utilização de maior capacidade de trabalho conjunto, através de acordo no coletivo; busca pela ampliação do conhecimento técnico e profissional apropriado pelo coletivo e incorporado à produção e distribuição equitativa dos resultados do trabalho, conforme a contribuição real de cada um e do coletivo.

Apresentaremos resultados de uma pesquisa que analisa a dinâmica interna da organização social e produtiva em Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), enfatizando a importância no uso de ferramentas gerenciais que podem contribuir para a viabilidade social e econômica.

3. COOPERATIVISMO DE REFORMA AGRÁRIA E O PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL²

A aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, sem sombra de dúvida, é o marco fundamental para o desenvolvimento dessa problemática em escala mundial. O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) reconhece que “Os direitos inscritos nessa Declaração constituem um conjunto indissociável e interdependente de direitos individuais e coletivos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, sem os quais a dignidade da pessoa humana não se realiza por completo.” (Ministério da Justiça, 1998: 64-65).

² Esse item foi desenvolvido, parcialmente, a partir de trabalhos publicados, referenciados no final, em co-autoria com Andrea Eloisa Bueno Pimentel.

Com o conhecimento dos principais obstáculos à promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil a partir da análise realizada por diversas instituições da sociedade civil e pelo governo federal elaborou-se o PNDH com os seguintes objetivos: “...eleger prioridades e apresentar propostas concretas de caráter administrativo, legislativo e político-cultural que busquem equacionar os mais graves problemas que hoje impossibilitam ou dificultam a sua plena realização.” (Ministério da Justiça, 1998:63).

Mais adiante, o PNDH apresenta os impactos decorrentes da formação de uma sociedade brasileira ainda injusta, ao identificar problemas estruturais associados à concentração de renda, o desemprego, a fome, e as dificuldades do acesso à terra, à saúde, à educação, e percebe que são necessárias políticas públicas voltadas para a afirmação de que direitos humanos são direitos de todas as pessoas (Ministério da Justiça, 1998).

Nesse sentido, faz parte das propostas de ações governamentais contidas no PNDH a proteção do direito à vida. Sobre a nossa temática - trabalhadores sem terra - observa-se a formulação de propostas para o curto prazo na elaboração de um mapa da violência rural em uma região, ao mesmo tempo atuar na prevenção da violência contra trabalhadores rurais no país e, no plano da conscientização e mobilização pelos direitos humanos apoiar programas educacionais e na realização de seminários, fóruns e “workshops” na área de direitos humanos.

Nossa modesta contribuição para o desenvolvimento dos direitos humanos no Brasil, em particular para essa atividade organizada pela professora Norma F.L.S. Valêncio, resume-se em socializar conhecimentos, em sala de aula, com alunos e pessoas interessadas, além da organização de um ciclo de debates para tratar da questão do cooperativismo rural, onde trabalhadores rurais ‘Sem Terra’ organizam a produção e o assentamento, contribuindo para melhoria na qualidade de vida de famílias assentadas e população local demonstrando serem necessárias políticas públicas direcionadas para incentivos maiores a esse tipo de empreendimento autogestionário rural.

Embora a temática reforma agrária, nesses últimos anos, vir ocupando espaço crescente no debate acadêmico e na sociedade em geral, dado seu potencial em contribuir na resolução de graves

problemas brasileiros, tais como a concentração de renda e o desemprego, pouco se discute sobre a viabilidade social e econômica dos assentamentos de reforma agrária, associada à uma política efetiva de fixação das famílias no campo.

As condições em que se encontram as famílias no campo são destacadas em um relatório de pesquisa que demonstra que 19 milhões de pessoas residentes no meio rural do país (53% do total) estão abaixo da linha da pobreza vivendo com menos de um quarto de salário mínimo per capita, ou seja, com menos de US\$20 mensais, em maio de 2000³ (Azevedo, 1998).

Por outro lado, a simples distribuição de terras a quem necessita não é suficiente para resolver problemas nacionais. Faz-se necessária uma política governamental para a reforma agrária visando a transformação da estrutura agrária brasileira, o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento sustentável em, pelo menos, três dimensões - econômica, social e ecológica. Nesse contexto, entidades tais como o MST, assumem papel de destaque, pressionando o governo para que este não apenas distribua a terra, mas crie condições para que os assentamentos se desenvolvam.

3.1. OS SETORES ECONÔMICO-SOCIAIS DO MST

O MST pode ser definido como uma empresa social pelo caráter de seus empreendimentos econômicos solidários. (Pasquetti, 1998; Gaiger et al., 1999). De fato, observamos em nossa pesquisa de campo em CPA's e na experiência como docente em Curso de Especialização em Administração de Cooperativas (CEACOP), que as atividades sociais e econômicas, onde existem, estão voltadas, em suas esferas de poder, para a construção de um modelo de gestão democrático e participativo; busca-se o desenvolvimento organizacional, através da motivação coletiva para o trabalho voluntário e remunerado; há o compromisso e disciplina pessoal de seus membros com o cumprimento dos objetivos sociais; na definição das estratégias de crescimento econômico, a busca

pelas sobras líquidas não é a referência principal, mas principalmente, o desenvolvimento do ser humano, através do resgate e ampliação da dignidade e da cidadania; geralmente, a propriedade é coletiva e deve beneficiar todos os associados e envolvidos; o cooperativismo para assentados do MST é entendido como um dos caminhos para a emancipação humana.

Quanto à sua trajetória, com 16 anos de atividades, encontra-se organizado em 23 estados, em 600 assentamentos com cerca de 150 mil famílias. Nesse período, o MST destaca-se pelas atividades articuladas de cinco setores. O Setor de Produção criou o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) a partir da geração de 400 associações de produção, comercialização e serviços, 49 cooperativas de produção agropecuária (2300 famílias), 32 cooperativas de prestação de serviços (11 mil sócios), 2 cooperativas regionais de comercialização, 2 cooperativas de crédito (6 mil sócios) e 96 agroindústrias processadoras de frutas, leite, grãos, café, carnes, doces e cana-de-açúcar.

O SCA atua em cerca de 700 municípios brasileiros. O Setor de Educação desenvolve pedagogia própria para escolas do campo em cerca de 1 mil escolas públicas de assentamentos, com 75 mil crianças e 2800 professores da rede municipal e estadual. Quanto ao Setor de Comunicação, coordena as atividades do Jornal Sem Terra e acompanha a formação de repórteres populares, programas de rádio e rádio comunitária em assentamentos, divulgação de informações, notícias na página da Internet e via *e-mail* para diversas organizações e grupos de apoio em nível nacional e internacional. E o Setor de Direitos Humanos articula uma rede nacional com 60 advogados que trabalham de forma voluntária, em processos que envolvem prisões, assassinatos e outras questões relacionadas com a defesa da Reforma Agrária. O Setor de Relações Internacionais, coordena as atividades internacionais, principalmente em fóruns como a Via Camponesa que agrega 80 organizações camponesas dos 5 continentes.

³Pesquisa desenvolvida no Programa de Estudos sobre Agricultura e Desenvolvimento Sustentado (PROGESA/UERJ) para o Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento (NEAD) do Ministério da Política Fundiária.

3.2. ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO ENQUANTO FATOR POTENCIALIZADOR DO DESENVOLVIMENTO NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Estudo desenvolvido pela FAO/INCRA (1998), em dez assentamentos considerados mais desenvolvidos e, em dez outros, considerados menos desenvolvidos, identificou os principais fatores potencializadores do desenvolvimento que são, nesta ordem: a presença de crédito; o quadro natural e a organização do seu uso; o entorno produtivo e/ou consumidor; a organização da produção e a assistência técnica. A organização política e o apoio institucional (infra-estrutura produtiva e de serviços) atuam tanto na melhoria das condições sociais dos assentados, como também contribuem para potencializar os sistemas produtivos. Os principais fatores limitantes ao desenvolvimento dos assentamentos encontrados pelo estudo são, em ordem de importância: o quadro natural; a infra-estrutura deficiente, principalmente em relação à falta ou precariedade das estradas internas e de acesso; falta de assistência técnica e a inexistência de organizações produtivas e políticas entre os assentados. A falta e/ou demora no acesso aos créditos e a infra-estrutura básica relacionada à reforma agrária (PROCERA⁴, saúde, educação, habitação e energia elétrica) interferem negativamente tanto na perspectiva de obtenção de renda bem como na qualidade de vida dos assentados.

Dentro desse panorama, a organização da produção e do trabalho assume importante papel para o desenvolvimento de um assentamento. Onde existe maior organização política dos assentados, foi garantido um melhor acesso às políticas públicas sociais e produtivas. Do mesmo modo, nos assentamentos analisados, onde havia falta de organização política, resultou em baixa capacidade de interlocução com os diversos órgãos públicos, bem como na falta de organização produtiva, o que poderia permitir uma utilização mais racional dos investimentos e na potencialização dos sistemas produtivos.

⁴ Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária, extinto em 1999.

O mesmo estudo da FAO/INCRA constatou que há maior destinação de recursos para a reforma agrária para os assentamentos considerados como os de maior potencial de desenvolvimento. Esta prioridade é justificada pela relação custo/benefício, em uma situação de escassez de recursos frente à demanda total dos assentamentos. Os de maior potencial de desenvolvimento são os que possuem melhores quadros naturais, conseguem dar contrapartida ao apoio governamental e são ligados a movimentos sociais que aceleram a organização produtiva.

3.3. ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO EM COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO MST

A partir do momento em que os trabalhadores sem terra foram organizando-se, a cooperação agrícola vem tornando-se uma importante ferramenta de desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária do MST. A cooperação pode iniciar com as formas mais simples tais como: mutirão, troca de serviços e/ou de insumos, grupos de trabalho coletivo, semicoletivos e associações prestadoras de serviço e ir evoluindo, aos poucos, em direção a formas mais desenvolvidas de cooperação, como as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), as Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPS), Cooperativas de Crédito e as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's).

Através das propostas de CPA's, desenvolve-se o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) para superação do isolamento das experiências. O SCA está estruturado em nível nacional, através da CONCRAB, em nível estadual, com as Cooperativas Centrais Estaduais e as Cooperativas Regionais e, em nível municipal, com as CPA's. Na CPA, a terra permanece sob controle do coletivo, a não ser a pequena parcela destinada à produção de subsistência de cada associado.

Todos os investimentos estão sob controle e em nome da CPA. O planejamento da produção é coletivo. Com relação à moradia, normalmente, formam-se agrovilas, as quais permitem quebrar o

isolamento social das famílias assentadas e criar laços de integração comunitária, de forma permanente. Além disso, o fato das casas estarem próximas umas das outras e com certa urbanização, viabiliza economicamente a possibilidade de se realizarem investimentos sociais, seja por parte do Estado quanto pela própria comunidade, em obras de infra-estrutura que representam melhoria da qualidade de vida como escolas, creches, energia elétrica, esgotos sanitários, água encanada e potável, telefonia, entre outras.

Nas CPA's, o trabalho é dividido e organizado em setores de produção e serviços. Esta forma de divisão e organização, entanto, depende das características específicas do grupo, como por exemplo, grau de companheirismo via luta pela terra em período anterior ao assentamento e na fase do acampamento; se há relação de parentesco e de parceria na realização do trabalho com desempenho equivalente; a capacidade de organização interna; a existência de quadros técnicos e o nível de qualificação dos trabalhadores (Concrab, 1998, 1996a). Depende também do fato de os assentados divergirem ou não quanto às culturas agrícolas que irão produzir, da intensidade de uso de insumos e quanto à aquisição de máquinas, entre outros. Esse conjunto de aspectos é fortemente influenciado pela trajetória de vida e de trabalho das famílias cooperadas (Eid, Scopinho & Pimentel, 1998).

Atualmente, para se criar uma, o MST estabelece alguns condicionantes: além da terra estar sob controle do coletivo, a cooperativa deve liberar quadros para os movimentos sociais, deve estar em uma área estratégica e ter um plano estratégico de desenvolvimento.

Nesse estudo, estaremos concentrando nossa análise na organização interna das CPA's. Todas possuem Estatuto Social, Regimento Interno, Assembléia Geral, Conselho de Administração ou Conselho Deliberativo ou Coordenação, Conselho Diretor ou Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Setores de Trabalho e Núcleos.

O trabalho é organizado internamente através dos setores de trabalho que agregam todos os associados da cooperativa. Trata-se de uma instância de base da estrutura da cooperativa. Cada cooperativa organiza seus setores conforme as atividades que desenvolve, tais como os setores de

grãos, horta, animal, máquinas, agro-indústria, administrativo, vendas, entre outros. Cada setor tem seu coordenador eleito pelos associados membros de cada setor.

Quanto à composição das instâncias de poder, mesmo que sejam escolhidos pelos setores, os coordenadores terão que ser aprovados pela Assembléia Geral. E na base da estrutura, tem-se os núcleos que são instâncias com características político-organizativas, com espaços de discussão sobre diversos temas referentes ao conjunto da cooperativa, a vida de seus associados e às questões ligadas ao MST. Nem todas as CPA's possuem núcleos organizados e em funcionamento.

Quanto ao planejamento, não há um método unificado, na medida em que este, é feito de forma diferenciada em cada uma delas porém, com algumas características comuns. Em todas as CPA's o mínimo de planejamento que se tem é o plano de safra por produto. A partir dele, os setores organizam o trabalho dos associados e avaliam periodicamente o andamento dos trabalhos. No estágio atual de desenvolvimento das CPA's⁵, poucas possuem planejamento de longo prazo, com horizontes para 5 a 7 anos. Essa dificuldade se justifica, se levarmos em consideração que as CPA's normalmente originam-se de grupos informais de trabalho coletivo.

3.4. ANÁLISE DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO EM COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO MST

Primeiramente, para não incorrer em erro de dimensionamento do tamanho de cada unidade produtiva e do número de cooperados, trabalhadores que serão futuros cooperados, gradativamente, percebem que é necessário um estudo de mercado e análise da viabilidade social e econômica do projeto de criação de uma CPA.

O estudo pode indicar tipos de produtos que possuem demanda no mercado – padrões e diferenciados - o preço possível de ser obtido, a tecnologia adequada de produção, a escala mínima viável para a unidade de produção, entre outras.. A análise de viabilidade do projeto se faz

necessária para dimensionar corretamente a obra, o *lay out*, a projeção do fluxo do processo de produção, verificar as exigências legais e normas ligadas aos serviços de inspeção sanitária e os equipamentos necessários ao processo produtivo, além dos postos de trabalho e a qualificação necessários. Com informações qualificadas, uma cooperativa pode passar a planejar suas ações e inversões de maneira mais segura, definindo-se com menor grau de incerteza, postos de trabalho, requisitos de qualificação, número de cooperados necessários, entretanto, adequados a cada realidade e sem deixar de levar em consideração o tempo para lazer, cultura, educação e outras atividades.

Numa perspectiva de viabilidade, faz-se necessário buscar permanente ganho de produtividade e qualidade. Para isso, existe a preocupação com a formação contínua de quadros técnicos. Além disso, considera-se necessário que os dirigentes tenham algum tipo de experiência administrativa. No entanto, devido a baixa escolaridade dos associados, são poucos os que possuem experiência e qualificação na área de gestão de uma pequena propriedade (Christoffoli, 1998).

Face a isso, a CONCRAB criou o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), instalado no município de Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Esse centro de formação e capacitação técnica promove, entre outros cursos, o curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) e as Oficinas de Capacitação Técnica em Agroindustrialização, que visam qualificar assentados.

Dentre os métodos de capacitação massiva utilizados pela CONCRAB, destacam-se os Laboratórios Organizacionais (LO), que buscam formar quadros organizadores de empresas associativas e os LO de Cursos, os quais visam a capacitação em algumas áreas técnicas específicas. Nos cursos de Formação Integrada com a Produção, os participantes conjugam trabalho no lote individual ou coletivo com o aprendizado de técnicas agropecuárias e noções organizativas (Concrab, 1996b).

⁵ O MST considera que a evolução de uma CPA se dá através de três etapas, não necessariamente sequenciais e com coexistência de mais de uma etapa: a) produção agrícola para subsistência; b) comércio de excedente; c) agroindústria.

A contínua preocupação com a capacitação técnica dos cooperados tem levado a buscar parcerias com algumas universidades brasileiras para o desenvolvimento de cursos de especialização superior em gestão de cooperativas.

Para o MST, perseguir um mercado alternativo parece estratégico para sobrevivência e crescimento, tendo as seguintes características: popular, local/regional; ideológico/propaganda da reforma agrária; de comercialização direta entre os trabalhadores. De fato, conforme estudo de Kunz (1999), a experiência na criação de canais próprios de aquisição de matéria-prima básica para unidades de beneficiamento de erva-mate por cooperativas dos três estados da Região Sul, através de relações de inter-cooperação, mostra que esse pode ser um importante caminho a ser desenvolvido, a inter-cooperação por ramo de atividades. Buscar novos mercados para produtos de maior valor agregado pela via da diferenciação de produtos, através do uso da marca registrada “Produtos da Terra”, ou pela via de preços menores, parecem ser alternativas interessantes. No Estado do Rio Grande do Sul, a Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados (COOPERAL), desenvolveu sementes agroecológicas BIONATUR, onde não foram usados agrotóxicos ou qualquer substância tóxica ou agressiva ao homem ou à natureza no seu cultivo, pós colheita ou em seu enlatamento.

Observa-se, uma preocupação crescente no desenvolvimento da agricultura orgânica enquanto uma alternativa em relação à agricultura tradicional que utiliza agrotóxicos ou a transgênica. Estudo desenvolvido por Cadore (1999), analisa a viabilidade da produção de arroz agro-ecológico pela cooperativa COOPAN, no estado do Rio Grande do Sul.

Outra estratégia é a diversificação da produção. As cooperativas não apenas podem elevar seus rendimentos, garantir um fluxo de caixa com receitas ao longo do ano, garantir renda nos períodos de flutuações na demanda ou por perda da colheita e tendem a reduzir a mão-de-obra ociosa nos assentamentos. Porém, a diversificação intensiva, no atual estágio de desenvolvimento das cooperativas, pode acarretar perda de foco do negócio.

Nesse sentido, a adoção de algumas normas técnicas de produção vem sendo introduzidas gradativamente no processo produtivo e administrativo (Christoffoli, 1998), ao mesmo tempo, em que se percebe pelos depoimentos de dirigentes do MST, da CONCRAB e de diversas CPA's, uma preocupação pelo desenvolvimento do cooperativismo autêntico no interior da organização, sem ter de se reproduzir a organização taylorista do trabalho, centralizadora e excludente.

De fato, para alcançar a eficácia nas decisões tomadas, além do acerto na tomada de decisão, necessário se ter a adesão de todos que vão executá-la. No entanto, um dos maiores desafios para os empreendimentos autogestionários é o de encontrar mecanismos de poder e de decisão que sejam equilibrados atendendo às exigências essenciais da democracia e da eficácia organizacional (Christoffoli, 1998; Eid e Pimentel, 1999, 2000). Para garantir esse equilíbrio, os dirigentes da CONCRAB entendem que a formação e a capacitação deve ser continuamente desenvolvida entre os cooperados, em todos os níveis hierárquicos - dirigentes, coordenadores e base (Gonçalves, 1999:97).

Observa-se que normalmente ocorre uma forte possibilidade de diluição de responsabilidades dos cooperados na gestão e no trabalho da cooperativa. Onde acontece, pode ocorrer que não se estabelece a responsabilidade de quem atua com desleixo ou ineficiência no processo produtivo e no gerenciamento, assim como também não ocorre o reconhecimento e estímulo aos que desempenham sua função de forma a cumprir ou superar as expectativas. Christoffoli conclui em sua análise que há necessidade de se definir claramente as atribuições e níveis de autoridade e responsabilidade dos coordenadores e das instâncias de base.

Caso isso não ocorra, os coordenadores podem não se sentir respaldados em assumir o ônus das decisões operacionais que lhe caberia. O efeito disso pode ser a morosidade na tomada de decisões, afrouxamento no ritmo e na produtividade do trabalho e dissolução da hierarquia funcional.

Com relação à jornada diária de trabalho, geralmente estabelece-se um horário mínimo de trabalho que cada associado deve cumprir, geralmente de 8 horas. A jornada varia conforme as demandas das atividades da cooperativa.

Como as CPA's trabalham principalmente com atividades agropecuárias ocorre, em alguns casos, um desbalanceamento entre o potencial disponível de trabalhadores e a necessidade concreta de trabalho.

Há necessidade de se organizar o trabalho de modo a haver a melhor utilização possível da mão-de-obra. A distribuição das sobras é por horas ou dias trabalhados. No entanto, pode ocorrer que nos coletivos novos passa-se um período de tempo em que a cooperativa não tenha condições de gerar receitas para distribuir aos sócios. Com isso, pode haver desistência por parte de algumas famílias, uma das principais causas que levam cooperados à se desligarem de cooperativas, conforme estudo desenvolvido por Gumieiro (1999). Por outro lado, a noção de valor de troca dos bens, equipamentos, ferramentas, animais, instalações fica clara somente quando o cooperado toma contato direto com o mercado, através da venda ou troca de um produto por outro, o que nem sempre é o caso (Eid, Scopinho & Pimentel, 1998).

Segundo dados fornecidos pela CONCRAB tem-se alguns exemplos de bons resultados, e que pode-se verificar em dois assentamentos: um no estado de São Paulo e outro no estado do Rio Grande do Sul (Fonte: CONCRAB).

A produtividade de algumas culturas agrícolas do Assentamento Fazenda Pirituba - município de Itapeva, estado de São Paulo - são superiores em comparação com a média obtida no estado de São Paulo (safra 1997/98), a exemplo do milho (+34%; 79,64 sacas/hectare), milho safrinha (+64%; 69,71 sacas/hectare), feijão das águas (+19%; 23,97 sacas/hectare), feijão da seca (+17%; 21,62 sacas/hectare), soja (+66%; 53,99 sacas/hectare), trigo (+21%; 39,45 sacas/hectare) e limão (+48%; 860 caixas/hectare).

No segundo exemplo, quando se compara a situação existente em 1988 e após 12 anos da implantação do Assentamento do MST no município de Sarandi no estado do Rio Grande do Sul, fica demonstrada novamente a importância e a necessidade da reforma agrária no país. Alguns elementos: número de habitantes na propriedade passa de 55 pessoas para 1226. Se antes tinha 5 casas, atualmente tem 243. Foram construídas 5 escolas e 1 creche. Quanto à infra-estrutura produtiva e criação de animais, antes a propriedade não tinha nada. No início do ano 2000 contava com 1 frigorífico, 114 implementos agrícolas, 35 tratores, 7 colheitadeiras, 15 caminhões, 7 pocilgas, 13 estábulos, 163 galpões, 4 armazéns, 4 estufas, 56 açudes, 10 poços artesianos, 6 barragens, 21 mil aves, 2 mil bovinos, 3 mil suínos, para criação/produção diversificada de legumes, verduras, frutas, animais para abate e leiteiro, mel, reflorestamento e outras.

CONCLUSÃO

A lógica da economia alternativa que se encontra em processo de gestação é oposta à lógica do mercado globalizado. Este, em sua perseguição pelo lucro máximo, separa-se de questões que não sejam econômicas. Tradicionalmente a globalização e seus impactos sobre o setor agrário é interpretada como um processo de padronização de políticas de fazenda, aumentando-se a expansão das fronteiras agrícolas, medidas uniformes de proteção ambiental, aumento da competitividade e da produção e comercialização de alimentos com controle cada vez maior, por firmas transnacionais, sobre a cadeia produtiva.

Porém, longe de conduzir à homogeneidade, globalização pode oferecer a oportunidade de repensar a diversidade local e pode ajudar comunidades locais a encontrarem novos espaços no mercado em uma economia global nova ou resistir às pressões globais (McMichael apud Levi, 2000:2). Nem os valores clássicos nem os princípios podem prover meios suficientemente resistentes à ameaça do paradigma neo-liberal. Isso implica ir além da doutrina convencional sobre cooperativismo e de recorrer à variedade de formas sociais, culturais e que a comunidade espera que sejam adotadas pelas cooperativas, principalmente as rurais (Levi, 2000:13).

Procurou-se mostrar que no Brasil, a dinâmica interna de organização social e produtiva e os desafios e alternativas desenvolvidas pelas cooperativas de produção agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos levam a concluir que fazem parte da Economia Solidária (Singer, 1999), em processo de gestação em diversas regiões do país. No estágio atual de desenvolvimento de nossa pesquisa, observamos que no interior do MST, na prática, há uma preocupação crescente entre diversos dirigentes de CPA's localizadas em diversos estados, principalmente nos da Região Sul do Brasil, em buscar o equilíbrio crítico entre, por um lado, a ampliação dos ganhos sociais e políticos – resgate da dignidade, construção da cidadania e apoio às lutas dos trabalhadores – e, por outro, melhorar a eficiência na gestão das cooperativas buscando a sobrevivência e crescimento, a fim de se evitar que um descompasso possa levar à ruptura da coesão social.

Dada a importância desse objeto de estudo, ressaltamos a importância do desenvolvimento de estudos de caso concretos e que sejam evitadas generalizações abstratas deslocadas da realidade social e política dos assentamentos. Os estudos devem levar em consideração, pelo menos, três outros elementos na condução da análise: a estrutura fundiária diferenciada em cada região do país, trajetória social e política dos trabalhadores e famílias assentadas e o papel dos organismos governamentais em cada região.

BIBLIOGRAFIA

Azevedo, E. “A maioria no campo vive abaixo da linha da pobreza” *O Estado de São Paulo*, Geral, A17, 22/11/1998.

Cadore, E.A. “A matriz tecnológica nos assentamentos do MST” *Curso de Especialização em Administração de Cooperativas*. ITERRA/UNISINOS/UNB, Brasília, 1999.

Christoffoli, P.I. “Eficiência econômica e gestão democrática nas cooperativas de produção coletiva do MST” *Curso de Especialização em Cooperativismo*. CEDOPE/UNISINOS. São Leopoldo, RS, 1998.

Concrab “Sistema Cooperativista dos Assentados” *Caderno de Cooperação Agrícola*, 1998.

Concrab .”Cooperativas de Produção- Questões Práticas” *Caderno de Formação*, 1996a:2:21.

Concrab- “Revista CONCRAB: Quatro Anos Organizando a Produção” *Revista. Brasil*, 1996b.

Eid, F.; Scopinho, R.A. ; Pimentel, A.E.B. “A dinâmica recente da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária” In: *XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Poços de Caldas – MG. 1998:767-778.

Eid, F.; Pimentel, A.E.B. “A dinâmica da organização da produção em cooperativas de reforma agrária” In: *XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Foz do Iguaçu, Paraná, 1999.

_____ “Dinâmica da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária no Brasil” In: *X World Congress of Rural Sociology*, São Paulo, Brasil, 2000.

FAO-INCRA “Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil”. Coords. Gilson Alceu Bittencourt *et al.*, 12:1998.

Gaiger, L.I. *et al.*, “A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas”. *Cadernos CEDOPE - Série Movimentos Sociais e Cultura*, 15:1999.

Gonçalves, B.V. “A lógica de construção das cooperativas de prestação de serviços”. *Curso de Especialização em Administração de Cooperativas*. ITERRA/UNISINOS/UNB, Brasília, 1999.

Gumieiro, A. “Uma análise das desistências das famílias associadas na cooperativa de produção agropecuária Vitória Ltda - COPAVI (Paranacity/PR)” *Curso de Especialização em Administração de Cooperativas*. ITERRA/UNISINOS/UNB, Brasília, 1999.

Kunz, M.F.B. “Inter-cooperação das unidades de beneficiamento de erva-mate dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná”. *Curso de Especialização em Administração de Cooperativas*. ITERRA/UNISINOS/UNB. Brasília, 1999.

Levi, Yair “Globalization and the ‘cooperative difference’ ” In: *X World Congress of Rural Sociology*, São Paulo, Brasil, 2000.

Ministério da Justiça Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Programa Nacional de Direitos Humanos, Brasília, 1998.

Pasquetti, L.A. “O MST Como uma Empresa Social”. *Estudos 2*, Presidente Prudente. SP. UNESP/NERA, 1998, 12:33-50.

Singer, P. “Possibilidades da economia solidária no Brasil” In: *CUT BRASIL. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*). São Paulo: CUT, 1999:51-60.